

# TCE/RN em Pauta

Ano XIII - Nº68

Natal/RN

Junho/Julho de 2008

## TCE ANALISA CONTAS DO GOVERNO

Sob o comando do conselheiro Valério Mesquita,  
comissão analisa as contas do Governo  
do Estado referentes a 2007



Planejamento estratégico define rumos do TCE para os próximos anos

# Relatório destaca atuação da 1ª câmara

O presidente da Primeira Corte de Contas do TCE, conselheiro Tarcísio Costa, apresentou o relatório de atividades finalizadas pela secretaria da Câmara referente ao ano de 2007. Os resultados indicam que as condenações e multas somaram cerca de R\$ 3 milhões e 600 mil reais.

Entre os valores indicados no relatório mais de R\$ 1 milhão foram atuados atra-

vés do pagamento de multas aplicadas. Também há um indicativo de devolução à Conta do Fundef de R\$ 71 mil. Durante o ano foram analisados 753 processos, sendo que 36 deles apresentaram interposição de recurso. No ano ainda foram adotadas 36 inpeções ordinárias.

Já no primeiro trimestre de 2008, foram apreciados 343 processos representando uma economia para o erário de

mais de R\$ 485 mil. Só para a conta do FUNDEF foram remanejados valores de R\$ 52.953,35.

A Primeira Câmara de Contas tem como presidente conselheiro Tarcísio Costa e como membros os Conselheiros Alcimar Torquato e Valério Mesquita.

Veja alguns processos tramitaram na Primeira Câmara e no Plenário do TCE nas últimas semanas:

## Touros

O ex-prefeito de Touros, Josemar França, foi condenado a restituir aos cofres públicos a importância de R\$ 14.484,09 referente a irregularidades detectadas na prestação de contas do município. O corpo técnico do Tribunal de Contas apontou as ausências de licitação, contratos, ordem de serviços e compras sem a destinação específica.

O processo também teve o parecer o procurador Carlos Thompson Costa Fernandes. O plenário ainda decidiu que o ex-prefeito deverá pagar multa de 25% sobre esse valor e R\$ 625,00 pela ausência de relação dos beneficiados e R\$ 500,00 pela falta de licitação.

## São Tomé

O TCE rejeitou as razões de defesa apresentadas pelo ex-prefeito de São Tomé, Afrânio Pereira de Araújo, destinadas a justificar a ausência de documentação comprobatória de despesas no valor de R\$ 3.274,00, efetuadas junto ao Hotel Pousada Pirangi. O ex-prefeito também não conseguiu justificar o pagamento efetuado à Empresa Alves Ltda, referente à aquisição de passagens, no valor de R\$ 9.323,00.

Diante dos fatos, o TCE votou pela irregularidade das contas, condenando o ex-prefeito a ressarcir ao erário R\$ 12.597,00, com recursos próprios. O responsável também foi multado em 25% valor atualizado. A decisão plenária ocorreu em documentação comprobatória de despesa referente ao 2º semestre de 2001.

## Goianinha

O ex-prefeito de Goianinha, Rudson Raimundo Honório Lisboa, terá que

ressarcir aos cofres do município a quantia de R\$ 186.429,55, referentes a despesas efetuadas sem a devida comprovação. Instigado a apresentar os documentos que justificassem as despesas, o ex-prefeito, não se pronunciou, restando ao Corpo Técnico do TCE sugerir a devolução dos recursos e a aplicação de multas.

O processo foi relatado pelo conselheiro Alcimar Torquato de Almeida que ainda recomendou a aplicação de multa ao ordenador no valor de R\$ 500,00 pelo não atendimento da diligência.

## Espírito Santo do Oeste

A Primeira Câmara de Contas condenou o ex-prefeito de Espírito Santo do Oeste/RN, Luiz Augusto Filho, a devolver aos cofres públicos R\$ 20.550,35 e mais 15% de multa sobre o valor atualizado. De acordo com parecer do relator do processo, conselheiro Valério Mesquita, o ex-prefeito atentou contra o patrimônio público ao "burlar a realização de procedimento licitatório, que, nos termos da Constituição Federal, trata-se da regra geral para aquisição de produtos e serviços pela Administração Pública". Luiz Augusto Filho também é acusado de superfaturamento na compra de óleo lubrificante e pagamentos de cirurgias. O ex-prefeito pode recorrer da decisão.

## Frutuoso Gomes e Lagoa de Velhos

Na mesma sessão foram também condenados a ressarcir aos cofres públicos, os ex-presidentes das Câmaras Municipais de Frutuoso Gomes e Lagoa de Velhos. O ex-presidente Francisco Carlos de Oliveira, de Frutuoso Gomes, vai devolver R\$ 5.228,93, mais multa 50% sobre o saldo. Contra ele pesa a

acusação de ter realizado despesas sem comprovar os gastos em prol da administração pública.

Já, Washington Ítalo da Silva, de Lagoa de Velhos, vai devolver R\$ 5.120,00 mais multa de R\$ 1.500,00 pela concessão de diárias sem comprovação e outras irregularidades como a contratação de pessoal sem concurso público.

## Felipe Guerra

Também foi determinado que o ex-prefeito do município de Felipe Guerra, Hugo Costa da Silva, devolva ao erário o valor de R\$ 3.577,88, referentes à diferença entre os cheques emitidos e as despesas efetivamente pagas, ou seja, diferença de valores constatada. O gestor teve suas contas, balancetes do FUNDEF, desaprovadas com aplicação de multas no valor de R\$ 2 mil reais.

## Baraúna

A Primeira Câmara condenou em sessão plenária, o prefeito de Baraúna, José de Araújo Dias, a devolver R\$ 47.028,20. A decisão decorreu de irregularidades nas contas referentes ao exercício de 2004. O Ministério Público Especial, por seu procurador Othon Moreno de Medeiros Alves, opinou pela irregularidade das contas com base na Lei Complementar nº 121/94, com aplicação de multa por ausência de Lei que regulamente a concessão de diárias, contrato irregular e ISS não recolhido, além da concessão de diárias em benefício próprio. No voto, o conselheiro Valério Mesquita, sugeriu também a aplicação de multa no montante de R\$ 1.300, sendo R\$ 1 mil referente à ausência de licitação e R\$ 300, pela existência de contrato irregular. O relator ainda recomendou que a Prefeitura de Baraúna recolha o ISS devido.

## TCE/RN em Pauta

Informativo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

### Conselheiros

#### Presidente

Paulo Roberto Chaves Alves

#### Vice-Presidente

Renato Costa Dias

#### Presidente da 1ª Câmara

Tarcísio Costa

#### Presidente da 2ª Câmara

Getúlio Alves Nóbrega

#### Corregedor Geral

Valério Alfredo Mesquita

Alcimar Torquato de Almeida

Maria Adélia de A. S. Souza

#### Auditores

Marco Antônio de M. R. Montenegro

Cláudio José F. Emerenciano

#### Secretário Geral

Gustavo Dias da Silva Neto

#### Consultor Geral

José Arno Galvão

#### Procurador Geral Junto ao TCE

Carlos Roberto Galvão Barros

#### Chefe de Gabinete

Fernando de Araújo Jales Costa

#### Coordenador de Comunicação Social

João Batista Machado

#### Editores

Eugênio Parcella

Francisco Francrerce

#### Repórteres

Rosalie Arruda Câmara e

Graciema da Costa Carneiro

#### Revisão

Fátima Moraes

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize (84) 3211-5075

#### Fotos

Jorge Filho

#### Impressão

Solução Gráfica - 3613-0616

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis-Natal/RN  
CEP 59.012-360 - 3215-1922  
SITE: www.tce.rn.gov.br  
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br



Comissão está se reunindo todas as quartas-feiras para analisar os documentos encaminhados pelo governo do Estado

# Comissão analisa contas do governo

O Governo do Estado aplicou e investiu corretamente os recursos orçamentários e financeiros, de acordo com as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal? Executou os percentuais devidos na Educação (25%) e na saúde (17%)? Qual o montante arrecadado da receita e qual a despesa efetuada?

na TCE, a análise das contas governamentais assume grande importância, merecendo uma sessão plenária especial. Este ano, o relator das Contas do Governo relativas ao ano de 2007, pelo critério de rodízio, será o conselheiro Valério Alfredo Mesquita, e a previsão é que o parecer prévio seja apresentado ao plenário até o final de julho, para apreciação e posterior encaminhamento ao julgamento da Assembleia Legislativa.

## Processo

O Governo do Estado encaminhou os originais das contas para a Assembleia Legislativa e duas cópias do processo para o TCE. A presidência da Assembleia envia ofício à presidência do TCE, a partir daí a Corte

tem um prazo de 60 dias para produzir um relatório. O TCE designou o conselheiro relator, Valério Mesquita, e constituiu um grupo para o trabalho.

A comissão especial é presidida por Cláudio Dantas Marinho assessor técnico jurídico e composta por Djalma da Costa Guimarães, assessor técnico de controle e administração; Luiz Fabra Laffitte Neto, assistente de inspeção; Luzenildo Moraes da Silva e Severiano Duarte Junior, inspetores de controle externo.

## Importância

"A análise das contas passa pela própria razão de existir do TCE, missão esta definida na Constituição Federal. É uma satisfação que o gestor tem que dar a sociedade", explica Cláudio Marinho, ressaltando que "a instituição criada para assumir essa função é o TCE". Segundo Luzenildo, o trabalho é complexo, efetuado com base nos atos de gestão consolidados no balanço. "O TCE examina a compatibilidade com as determinações previstas na LDO e PPA com o que foi

efetivamente feito no exercício financeiro", explica.

Além disso, são acompanhados todos os gastos efetuados, identificando os órgãos, além do balanço do Executivo, Judiciário e Legislativo, observando os limites constitucionais ( Poder Legislativo não pode ultrapassar 3%, Judiciário 6%).

"Consultamos o SIAI (Sistema Integrado de Auditoria Informatizada) e o SIAFI (Sistema de Administração Financeira do Estado), o PPA e Lei Orçamentária. É feito o cruzamento das informações e dado o parecer técnico", relata.

Além do controle dos gastos públicos, o parecer prévio das contas do governo é uma referência para o Legislativo que, a partir deste documento, pode cobrar deficiências, diagnosticar impropriedades que precisam ser corrigidas nos relatórios seguintes. Na conclusão são feitas recomendações, inclusive com a solicitação de diligências. Especifica se é favorável à aprovação ou desaprovação das contas.





# Planejamento como ferramenta do novo modelo

Nos últimos anos, o Tribunal de Contas da União - TCU conseguiu reduzir de 37 mil para cerca de 17 mil o volume de processos em tramitação naquela corte. O tempo médio da análise dos processos passou de 1800 dias para 600 dias, ou seja, houve a redução de 1/3 no número de dias. A economia de recursos, que era de R\$ 2,3 bilhões, passou para R\$ 5,3 bilhões, com uma meta de atingir a marca de R\$ 10 bilhões agora em 2008.

Estes foram apenas alguns dos re-

sultados apresentados pelo secretário da Secretaria de Planejamento e Gestão do TCU, Alessandro Gilberti Laranja, que realizou ontem, no Tribunal de Contas do Estado, duas reuniões enfocando o tema "Planejamento Estratégico e Critérios de Seleção de Despesas", a primeira com a participação dos conselheiros do TCE, no final da manhã, e a segunda à tarde, com gerentes e técnicos da Casa. Alessandro veio acompanhado de Alexandre Walraven, secretário do TCU no RN e Daniel Luiz de Souza,

analista de controle externo do TCU.

"A ferramenta do planejamento estratégico é importante para toda organização, pois permite que o corpo gerencial, com o corpo técnico, faça a avaliação dos pontos fortes e pontos fracos da instituição, o que leva a uma reflexão e proposição de ações no sentido de apresentar melhores resultados para a sociedade", explicou Alessandro, acrescentando que são vistas questões como áreas de risco, relevância das ações e materialidade, entre outras informa-

ções significantes.

Como forma de contribuir na execução do planejamento estratégico, o TCU passou a utilizar o programa Balanced Scorecard - BSC, ferramenta desenvolvida no final dos anos 90, que permite desenvolver um mapa estratégico, de modo a melhor comunicar a todo corpo técnico as estratégias adotadas pela instituição, como implementação de indicadores de desempenho por setor, análises periódicas com a participação dos gerentes, com discussão dos problemas e propostas de solução. Segundo Alessandro, todas as decisões são encaminhadas e validadas pelos Ministros do TCU.



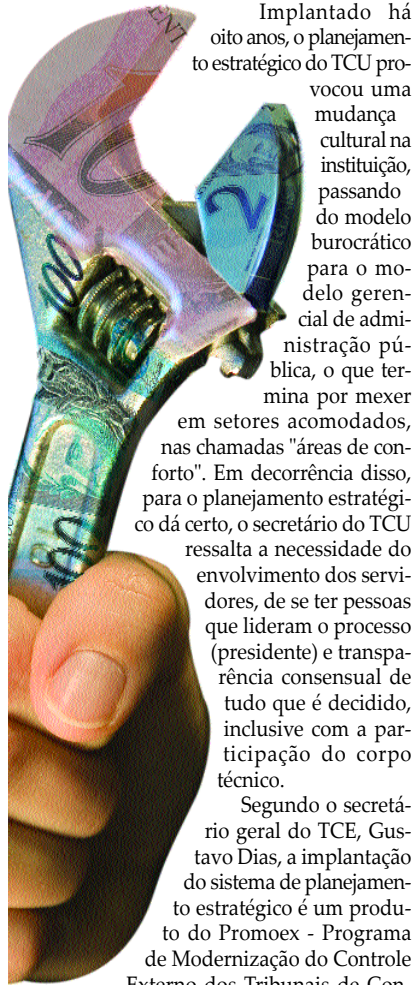
Técnicos do Tribunal de Contas da União participaram de reunião com o presidente Paulo Roberto Chaves Alves





# o estratégico

## gerencial de administração pública



Implantado há oito anos, o planejamento estratégico do TCU provocou uma mudança cultural na instituição, passando do modelo burocrático para o modelo gerencial de administração pública, o que termina por mexer em setores acomodados, nas chamadas "áreas de conforto". Em decorrência disso, para o planejamento estratégico dá certo, o secretário do TCU ressalta a necessidade do envolvimento dos servidores, de se ter pessoas que lideram o processo (presidente) e transparência consensual de tudo que é decidido, inclusive com a participação do corpo técnico.

Segundo o secretário geral do TCE, Gustavo Dias, a implantação do sistema de planejamento estratégico é um produto do Promoex - Programa de Modernização do Controle Externo dos Tribunais de Contas, que será efetivado nas próximas semanas. "Antes disso, achamos prudente ouvir o Tribunal de Contas da União, que tem experiência, competência e respeito reconhecidos em todo o país, para desenvolvermos nosso planejamento com a melhor qualidade possível", enfatizou, lembrando

que a vinda dos representantes do TCE faz parte de um acordo de cooperação técnica assinado entre o TCE e o TCU. "É a primeira ação concreta que dá efetividade a esse acordo", disse.

Outro ponto destacado no encontro foi a questão da seleção do objeto de controle, ou melhor, os critérios de análise de despesa. O fato, relatou Alessandro, é que gasta-se muito tempo em processos que não tem muita importância. Só para dar um exemplo, informou que apenas 4% da despesa é lici-

tável no Brasil. Por isso, a necessidade da definição de critérios que priorizem processos significativos, como os com "despesas de riscos", originados em órgãos com histórico de mal gastos; despesas envolvendo descentralização e transferência de recursos; projetos de grande volume de dinheiro e programas em áreas relevantes, como é o caso do bolsa família, por exemplo.

Alessandro lembrou que a participação em torno do controle social tem aumentado por parte da sociedade - e

tende a crescer ainda mais, à medida que os Tribunais de Contas apresentem mais resultados. NO TCU, relatou, quando foi criada a Ouvidoria, recebiam 500 consultas por ano, "hoje são 4000". Na próxima terça-feira, a equipe do TCU estará em Currais Novos, participando do Encontro Regional "O Controle Interno e a Administração Municipal", que será realizado pela Escola de Contas do TCE no auditório do Colégio Municipal "Humberto Gama", naquela cidade.



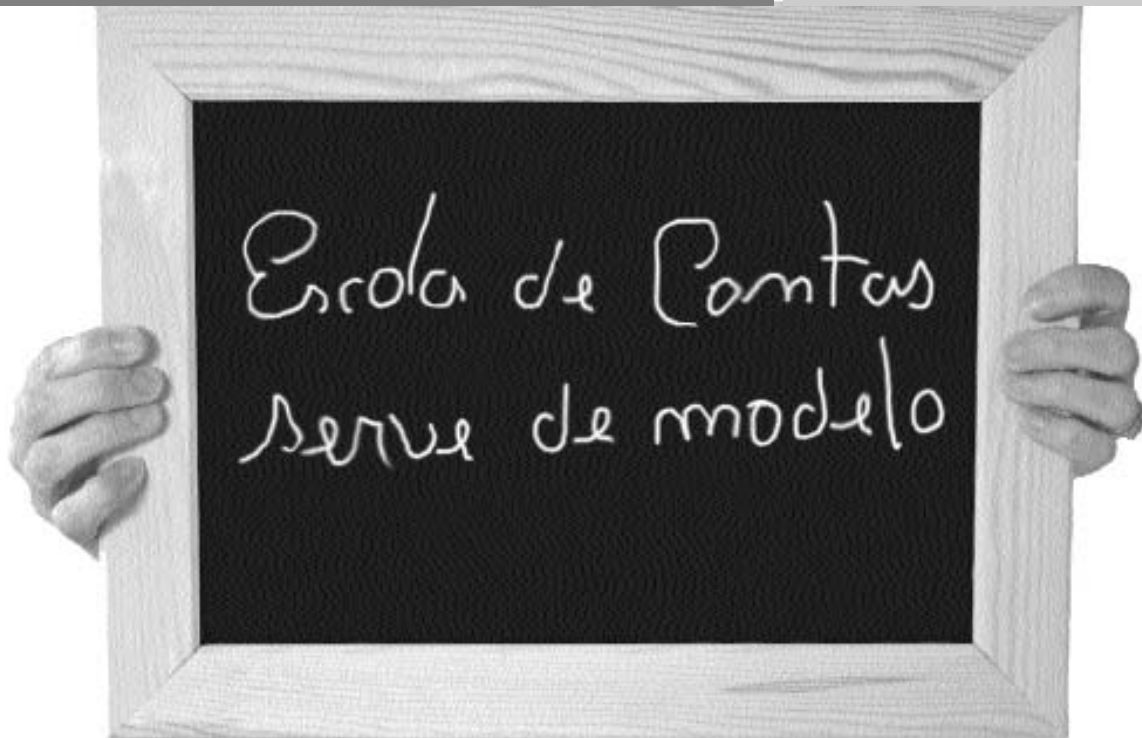
Conselheiros e auditores participaram da apresentação feita pelos especialistas do TCU

Criada há apenas quatro anos, a Escola de Contas do TCE já é uma referência para outras instituições congêneres. Uma equipe de diretores e técnicos do Tribunal de Contas de Roraima veio ao Rio Grande do Norte para conhecer seu funcionamento e colher dados e subsídios para criação da Escola de Contas do TCE de Roraima. O modelo da Escola norte-rio-grandense será implantado naquele Estado. A representação visitante foi recebida pelo presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, que destacou a importância da Escola da Corte de Contas na qualificação técnica de pessoal, além de ser um mecanismo eficiente e educativo na função fiscalizadora.

Apesar da consulta, através da Internet, às escolas de outros tribunais, o gerente do PROMOEX de Roraima, o analista fiscal de contas públicas, Antonio Cândido Moraes, a Escola de Contas do RN, afirmou que a Escola de Contas do RN foi a que mais chamou a atenção. "A experiência daqui é muito positiva, e vamos nos espelhar nas metodologias adotadas, principalmente na questão das parcerias firmadas, viabilizando os custos e tornando seu operacional bastante viável".

O projeto tem como finalidade promover treinamento técnico através de seminários, encontros, palestras para o corpo funcional do Tribunal e de seus jurisdicionados, permitindo que eles se capacitem cada vez mais para fazer o diagnóstico das dificuldades enfrentadas pelos gestores no controle externo de suas prestações de contas, e a partir daí, oferecer cursos de capacitação para os funcionários dos órgãos públicos. Para o diretor-geral da Escola de Contas do TCE RN, professor Laércio Segundo de Oliveira, a função principal do treinamento é qualificar.

"Trabalhamos para a prevenção, a Escola é um mecanismo de educação continuada que temos para exercer nossa função de fiscalizadores dos órgãos públicos com a visão de prevenção das falhas". E acrescenta que, graças a parcerias firmadas com as associações municipais, com o Instituto Legislativo do Senado Federal, pudemos realizar no exercício de 2007, 16 eventos abordando temas sobre gestão, FUNDEB, licitações que contabilizaram mais de mil e trezentos participantes. Vale ressaltar a importância dos parceiros, principalmente das prefeituras e câmaras municipais, uma vez que tornam viável economicamen-



te a realização dos encontros.

O diretor de Gestão Administrativa e Financeira do TCE de Roraima, Cosme Oliveira da Silva, diz "o custo benefício que estou vendo aqui no RN já é um ponto favorável, além do apoio da direção que é imprescindível".

Apesar de só ter 16 anos de fundação, o Tribunal de Contas de Roraima,

vem acompanhando e se espelhando em experiências inovadoras e de sucesso de outras cortes do país, o que deixa a equipe norte-rio-grandense muito orgulhosa, mas com muita responsabilidade de manter sua missão, enfatiza o diretor-geral.

Para o presidente, Paulo Roberto Alves, a visita vem validar o que esta-

mos contribuindo para o gestor, e perseguindo o objetivo do projeto que é oferecer para uma melhor qualificação para o administrador público, principalmente dos municípios mais carentes, muitos, sem estrutura técnica, que muitas vezes recorrem a escritórios de contabilidade para fazer seu controle externo.



Cosme Oliveira e Antônio Cândido, do TCE de Roraima, conheceram a experiência da Escola de Contas





Coordenador da Escola de Contas, Professor Laércio Segundo de Oliveira, faz abertura do encontro em Currais Novos

O Encontro regional sobre Controle Interno e a Administração Municipal, realizado pela Escola de Contas do TCE, na cidade de Currais Novos, obteve uma avaliação de "excelente" a "bom" por parte da quase totalidade dos 34 municípios participantes. O seminário contou com a participação de representantes dos municípios da área de controle interno e demonstrativo financeiro, situados na região do Seridó e parte do Trairi. Teve o objetivo de analisar a gestão dos recursos repassados à administração municipal por meio de convênios celebrados com órgãos federais e estaduais.

As respostas ao questionário concluíram que o sucesso desses encontros deve-se a dois pontos básicos: o tema abordado, que faz parte do dia a dia de todo município brasileiro que normalmente utiliza os recursos próprios na manutenção da máquina, enquanto que os investimentos são oriundos de convênios celebrados com órgãos dos governos federal e estadual; o outro ponto importante foi a presença de técnicos dos três órgãos de controle dos recursos conveniados ministrando

# TCE sugere criação do Controle Interno

o curso: o TCE (recursos originários de convênios com órgãos estaduais), Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) que fiscalizam os recursos do governo federal.

De acordo com o professor Laércio

Segundo de Oliveira, o encontro também orientou e estimulou os municípios de pequeno porte à criação do sistema de controle interno e àqueles maiores, que já o possuem, ao aperfeiçoamento do mecanismo, já que a Constituição Federal obri-

ga todo município a ter o controle interno no âmbito da administração. O seminário teve o apoio interinstitucional da Prefeitura de Currais Novos (município sede), da Associação dos Municípios do RN e Associação dos Municípios do Seridó (AMSO).

## Participantes

TÉCNICOS DOS SEGUINTE MUNICÍPIOS:  
ACARI, BODÓ, CAICÓ, CAMPO REDONDO, CARNAÚBA DOS DANTAS, CERRO-CORÁ, CORONEL EZEQUIEL, CRUZETA, CURRAIS NOVOS, EQUADOR, FLORÂNIA, IPUERA, JAÇANÃ, JAPI, JARDIM DE PIRANIHAS, JARDIM DO SERIDÓ, JUCURUTU, LAGOA NOVA, LAJES PINTADAS, OURO BRANCO, PARELHAS, SANTA CRUZ, SANTANA DO MATOS, SANTANA DO SERIDÓ, SÃO BENTO DO TRAIRI, SÃO FERNANDO, SÃO JOÃO DO SABUGÍ, SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, SÃO RAFAEL, SÃO TOMÉ, SÃO VICENTE, SERRA NEGRA DO NORTE, TENENTE LAURENTINO CRUZ E TIMBAÚBA DOS BATISTAS.

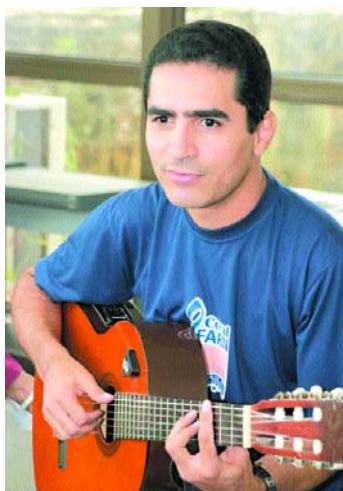
# O bem que o canto faz



O Coral Canto de Contas retomou suas atividades. As músicas já ecoam pelos corredores do piso térreo enchendo de harmonia os corações de quem ouve e, também, são as mesmas vozes que anunciam o novo projeto "Serenata". Ainda sem data a ser lançado, mas terá repertórios voltados para os anos 70, 80 e 90.

Segundo o regente Fábio Cruz, o Canto de Contas ficou cerca de um ano parado, mas voltou suas atividades todas quartas e quintas-feiras, das 11h30min às 13h, com um grupo de 22 servidores, três aposentadas do TCE, Júlia Bezerra, Ivanilda Córdula e Josefa Alexandre, além de duas participações especiais, a do bancário aposentado, Alberto da Hora e o estudante Tiago Rocha que veio do coral da Farn. Segundo o regente "Essas adesões foram bastante positivas, uma vez que o Canto de Contas estava sem vozes masculinas".

Aliviar as emoções, gerar harmonia e levar alegria, é assim que Zuleide



Regente do coral Fábio Cruz

Maria Caldas Nogueira, coordenadora do coral, define seus sentimentos em relação ao grupo. O trabalho respiratório associado à técnica vocal é

um ponto muito importante para o relaxamento do corpo. "Quando se canta, a música se transforma em massagem e em alívio para o coração, afirma Zuleide. E continua "fico muito feliz quando estou cantando em hospitais como no Varela Santiago, na Liga do Câncer e no Hospital do Coração, além de fazer bem a gente, ainda contribuimos com a alegria de outras pessoas".

A coordenadora ainda reforça o apoio dado pela presidência do TCE para a realização das atividades, desde a liberação dos funcionários para os ensaios, ao investimento em viagens e atividades complementares.

Conforme Vera Lúcia Torres que estava afastada do Coral aguardava por uma nova oportunidade, pois segundo o regente, o Canto estava com muitas vozes femininas e teve que aguardar um pouco para reingressar e aconteceu, estou muito satisfeita, concluiu.

Cantar não é apenas uma das formas de expressão mais antigas do ser humano, mas também pode curar muitos males, garantem cada vez mais médicos, que recomendam a prática do canto com regularidade, embora os estudos sobre seus efeitos benéficos sejam recentes.

E o Coral Canto de Contas referenda essa corrente médica com a participação da coralista

**Josefa Alexandre**. Vítima de um acidente vascular cerebral - AVC, a aposentada do TCE, dona Zefinha, como é mais conhecida, conta que, por recomendação médica,

conseguiu se reabilitar das seqüelas na voz, e também fala do prazer de cantar, e acrescenta "re vejo meus amigos e sinto-me muito feliz tanto nos ensaios como nas apresentações".

